

[POLÍTICA]

UMA LUTA PELA IGUALDADE

● Deputadas que participaram há 20 anos da Constituinte contam como foi possível fazer valer os direitos das mulheres e aprovar grande parte dos temas numa época em que a bancada feminina era menos da metade da atual

[DANIELA LIMA // Especial para o Correio]

Foram 20 meses de um trabalho que começou em 1987 e só foi dado como encerrado em outubro de 1988, com a promulgação daquela que acabou conhecida como Constituição Cidadã. Ali, a garantia da igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres foi dada pela primeira vez de forma expressa. Hoje, 20 anos depois que quase 600 parlamentares partiram para a elaboração da Carta Magna, reconhece-se que aquela Constituição foi o início de uma série de direitos conquistados pelas mulheres.

De fevereiro de 1987 e até o fim do ano seguinte, circularam 590 parlamentares — entre titulares e suplentes — pelos corredores da Câ-

mara e do Senado. Apenas 26 mulheres — nenhuma senadora. Mas 26 já era um número muito maior do que o usual. Até aquele momento elas não chegavam a 10. Hoje, por exemplo, são 46 deputadas e 10 senadoras. "Naquela legislatura, pela primeira vez passamos de meia dúzia de deputadas para mais de 20. Foi um feito na época", lembra a deputada Lidice da Mata (PSB/BA), que participou da assembleia. "A participação das mulheres na Constituinte serve de exemplo para todos os movimentos sociais do Brasil. Estivemos unidas, e isso foi suprapartidário. Buscávamos sempre o consenso", ressalta.

Se por um lado a Assembleia Constituinte,

sob a regência de Ulysses Guimarães, demonstrava interesse em promover avanços sociais e exaltar direitos individuais, por outro o Congresso dava demonstrações claras de que antigos costumes ainda estavam presentes na cultura brasileira. Três das 26 deputadas, Lidice da Mata, Rita Camata (PMDB-ES) e Rose de Freitas (PMDB-ES) que participaram da Constituinte ainda exercem mandato na Câmara.

Na semana passada, a *Revista do Correio* reuniu o trio, que contou como foi a atuação das mulheres, relembrou as dificuldades enfrentadas durante o processo e revelou algumas faces do preconceito do qual foram vítimas no fim da década de 80.



RITA CAMATA, LIDICE DA MATA E ROSE DE FREITAS: 20 ANOS DEPOIS, AINDA NO CONGRESSO NACIONAL

LIÇÕES HISTÓRICAS

Com o fim do regime militar, o então presidente José Sarney deu continuidade ao compromisso de promover a redemocratização do país. Para isso, enviou ao congresso a Emenda Constitucional 26/85, que convocava a Constituinte.

A emenda provocou polémica. O governo queria uma constituinte congressista, defendia que os parlamentares eleitos para aquela legislatura, de 1987 até 1991, acumulassem a função de constituintes. Mas setores mais progressistas lutavam pela criação de uma assembleia de representantes, composta por membros escolhidos especificamente para aquela Constituinte. No fim, venceu o governo. Em fevereiro de 1987, Ulysses Guimarães iniciou oficialmente os trabalhos de construção da sétima constituição do Brasil.

"Foi a primeira vez que todos os deputados puderam participar de uma constituinte. Até então, um grupo de deputados era escolhido, formando uma grande comissão e esses deliberavam sobre tudo. Os demais ficavam assistindo. Meu pai foi deputado em 1946, durante uma constituinte, e ele era um dos que ficava esperando

pelas decisões da comissão especial formada por apenas 21 parlamentares", lembra o professor de direito eleitoral da Universidade de Brasília Walter Costa Porto.

Em 1987 também foi a primeira vez que emendas populares foram permitidas em uma constituinte brasileira. Com isso, o povo passou diretamente às mãos de seus representantes reivindicações para a composição da Carta Magna, desde que houvesse 30 mil assinaturas a cada proposta. "A Constituição de 1988 traz grandes avanços no que tange os direitos e garantias individuais. Os deputados trouxeram para o início do documento os direitos dos cidadãos e isso foi proposital. Saímos de uma ditadura", explica Walter Porto.

Outro grande feito da Assembleia Constituinte foi a divulgação de seus trabalhos, o que trouxe grande mobilização popular. "O corpo eleitoral na época era de 69 milhões de pessoas. Dessas, 60 milhões acompanhavam os jornais nacionais e viam os trabalhos. Por conta disso, diversos grupos visitavam os corredores do Congresso e pressionavam os parlamentares", resalta o professor.



“A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições.”

Ulysses Guimarães, em discurso durante a promulgação da Constituição de 1988



ABADIA NA PLACA DE GOVERNADORA, O DIPLOMA DE CONSTITUINTE: AS DUAS MAIS IMPORTANTES RECORDAÇÕES DA CARREIRA POLÍTICA DE ABADIA

Carlos Ferreira/CB

A REPRESENTANTE DO DF

Ex-governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia (PSDB/DF) exerceu mandato na Câmara dos Deputados de 1987 a 1991 e também participou da Constituinte. "Éramos tão diferentes. Entre as 26 havia duas filhas de ex-presidentes, várias esposas de governadores e eu e a Benedita da Silva, que vínhamos de favela", lembra Abadia. "Ainda assim, mesmo com todas as diferenças, encontrávamos o consenso. Mas não era fácil. Eu me lembro dos debates intensos que travamos sobre a legalização do aborto, por exemplo. Cristina Tavares e Sandra Cavalcante protagonizaram embates memoráveis. A primeira era a favor do aborto. Já Sandra era católica fervorosa", conta.

Para vencer as desavenças, recorda Abadia, foi necessário muito espírito de cooperação. "Nós não tínhamos nem banheiro feminino no plenário quando começamos. Ao que parece, Oscar Niemeyer não havia pensado nisso. Nossa primeira reunião com o Ulysses (Guimarães) foi para reivindicar um sanitário", conta a ex-governadora.

E não era só. "Por conta da falta de ba-

nheiro, escutamos coisa do tipo 'você não quer ser iguais aos homens? Aprenda a fazer xixi de pé!", narra Abadia. "Tivemos que nos impor. Enquanto os homens falavam à imprensa sobre os grandes temas da Constituinte, as mulheres eram questionadas sobre estílistas e perfumes. Para servir na subcomissão da ordem social, tive que brigar muito dentro do meu partido. Foi difícil. Chorei muito no plenário", lembra.

Ainda assim, nada conseguiu apagar a emoção e a satisfação de ter participado e colaborado com esse momento histórico. "Quando tudo terminou, foi muito emocionante. Um dos momentos mais marcantes foi quando recebi dos companheiros de Ceilândia uma caneta de ouro para assinar a Constituição. Eles fizeram uma vaquinha para poder comprá-la. Até hoje me arrepio quando lembro. Várias pessoas nos presentearam com flores. É um orgulho saber que pertencemos a uma geração de políticos que recebe flores da população."

COLABOROU: ERICA ANDRADE

Este mês a Câmara dos Deputados iniciou uma série de atividades em comemoração aos 20 anos da Constituinte. A programação se estende até outubro do ano que vem, quando a cerimônia de promulgação da Constituição comemora duas décadas. Exposições de fotos e documentos históricos foram abertas no Congresso Nacional e, no portal da Câmara na internet, é possível acompanhar a agenda de eventos. O endereço eletrônico é www.camara.gov.br.

MOMENTO HISTÓRICO

Ulio Alcantara/CB - 5/7088



RITA CAMATA, DURANTE A SESSÃO DE PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Lidice: Cada uma teve a sua experiência, mas acho que para todas nós aquele momento foi muito excitante e surpreendente. Nós éramos muito jovens. Eu tinha 30 anos na época e a Rita, por exemplo, tinha 21. Fomos eleitas num processo de vitória das mulheres. Pela primeira vez, elas passavam de meia dúzia nessa Casa. Inicialmente, a nossa presença foi uma festa.

Rita: É que a Constituinte foi uma grande celebração ao Congresso. Além de ser uma coisa extremamente nova e gratificante, foi inesquecível ver atuando as pessoas que eu admirava, acompanhava... Líderes que representavam muito para o país. Era a nata da política brasileira. Comparar o Congresso daquela época com o de hoje é triste.

Lidice: E nós estávamos saindo de uma ditadura. Então a Constituinte era um processo que consolidava a luta em defesa da democracia. Os líderes que lutaram contra o regime de exceção e sonhavam com a redemocratização do país estavam aqui. Além disso, houve um movimento muito típico, e acho que muito típico das mulheres, durante a Constituinte: a nossa união. Nós nos organizamos como bancada feminina, criando uma forma de atuação unificada em torno de um programa de prioridades constituído por nós. A maior parte das mulheres que estavam aqui estava vinculada ao movimento feminista de alguma forma. Independentemente de diferenças políticas, ideológicas. Essa interação de posições tão díspares conseguiu consolidar o que, na minha opinião, foi a sabedoria das mulheres: sempre buscávamos o consenso.

IGUALDADE ENTRE OS SEXOS

Lidice: Para mim é difícil destacar o mais importante na Constituição. O artigo 5º, quando é colocada a igualdade de direito entre homens e mulheres, é o marco referencial. A partir daí, toda a Constituição foi transversalizada pela questão de gênero, pelo menos até onde conseguimos dar esse recorte.

Rose: Eu tenho uma coisa que não me sai da cabeça, que foi a questão da titularidade da terra. O homem tinha direito ao uso da terra e a mulher, se ficasse viúva ou fosse abandonada, não tinha direito. Era muito cruel. Ela tinha que sair com os filhos depois de 20 anos labutando na terra. Era uma vitória para aquela mulher que a sociedade não via, a mulher rural.

Eugenio Novais/CB - 23/788



OS APLAUSOS DE ABADIA (NO CANTO, À ESQUERDA) E ROSE DE FREITAS (NO CENTRO), NA SEGUNDA FILA, AO DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES

A UNIÃO FEZ MESMO A FORÇA?

Lidice: Quase tudo o que elegemos como prioridade passou. A participação das mulheres na Constituinte é um exemplo para todos os movimentos sociais do Brasil. Para os movimentos raciais, para os movimentos de defesa da criança, até para os sindicais. Nós fizemos uma agenda pró-Constituinte que foi cumprida em 80% no que era essencial.

Rita: Nós aproveitamos sabiamente a ignorância dos homens. Alguns assuntos eles achavam que era bobagem, coisa de mulher, coisa menor.

BANCADA DO BATOM

Rita: Tentavam desqualificar o nosso trabalho. Chamavam de bancada do batom, lobby das meninas, entre outros termos pejorativos.

Lidice: Não foi fácil. Fomos ridicularizadas pela imprensa. Os jornais tentaram nos transformar nos bibelôs do Congresso Nacional. Elegiam uma musa, perguntavam as marcas das nossas roupas e dos nossos perfumes. Enquanto isso, os homens eram questionados sobre o futuro das relações trabalhistas.

Rose: Lembra que tentaram nos jogar em conflito com isso? Na época, criaram uma briga da loura (Rita Camata) com a morena (a própria Rose). Eu não gostava nem de ouvir essa história. Chegaram a colocar uma urna no plenário, que eu mesma tirei de lá.

Lidice: Não temos nada contra o fato de que destaquem a beleza da mulher, mas não queremos que o destaque seja só esse. Muitos homens bonitos passaram por essa Casa e a imprensa não elegeu o muso do plenário.

MULHERES X POLÍTICA

Rose: Fiz um projeto chamado Tribuna Livre para que a sociedade toda pudesse integrar-se ao debate. Vieram todos ao Congresso: advogados, religiosos e tal. O plenário sempre cheio. Ah, eu me lembro da Tribuna Livre da Mulher. Timidamente, vieram as nossas feministas. Tão vazio o plenário... tão vazio. A audiência que davam para os temas corporativos, eles não davam às mulheres.

Rita: Algumas coisas não mudaram até hoje. Um relatório (de proposição) importante chega às nossas mãos quando o homem não se interessa. Quando não está negociado entre eles. Eu fui relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) porque três homens foram convidados na época e não quiseram. Achavam que era coisa de criança, de pivete, de delinquente, coisa pequena. Eu não vejo muita mudança de duas décadas para cá. Talvez porque eu não assimilo a cultura masculina que está aí. Eu quero mudança. Não sei para quando, para onde, mas quero mudança.

O PREÇO DE SER MULHER

Lidice: Temos que trabalhar muito mais para obter o mesmo tanto ou, muitas vezes, até menos do que eles. Todas as mulheres têm que dar resposta a outras coisas que os homens não dão. Todas estão aqui e são mães, avós e se dão ao luxo, ou ao trabalho, de manter uma relação efetiva com suas famílias. O modo hegemônico de fazer política é masculino.

Rose: De vez em quando você toma na cara algumas expressões nada agradáveis. Por exemplo, eu estava num debate das comissões. Eu falei, outros falaram, pedi a palavra outra vez e me responderam: "Eu já deixei você falar duas vezes!". Ah, muito obrigada.

Rita: Aqui eles falam: "Ah, isso é coisa de mulher mal amada. Falta homem na vida dela".

ALVO DE FOCAS

Rose: Eu me separei durante a Constituinte. Por conta de uma imagem feita no plenário onde estou ao lado do Bernardo Cabral, meu ex entendeu que era uma paquera.

Lidice: Mas todas nós temos amantes no plenário (risos). Sempre, sempre, sempre...

Rose: Já chorei muito no plenário. É um sentimento de humilhação por saber que esses fatos nunca existiriam se fosse com um homem.

EMOÇÕES

Rita: Para mim, toda a Constituinte foi de muita emoção. Poder conhecer e compartilhar o trabalho com pessoas que eu admirava e que eu acho que fazem muita falta hoje na política brasileira pela coerência e pelos ideais.

Lidice: Muitos dos nossos líderes dessa luta pela democracia estavam aqui, nós ficávamos cara a cara com eles. Acho que as emoções se davam porque era o momento máximo de um parlamento. Nós promulgamos a nossa lei. Foi a nossa carta de alforria. Foi maravilhoso (começa a chorar). Eu choro sempre quando falo disso.

Rose: Não precisa esconder lágrimas e emoções, não. A política não nos endureceu. Só nos comenceu de que é preciso trabalhar por ela.